

Divididas, empresas temem o resultado

Da correspondente

São Paulo — A possibilidade de o Brasil decretar uma moratória unilateral, sem temor das consequências retaliatórias por parte de seus credores ou sem precisar enfrentar um processo exaustivo e traumático de uma economia de guerra, em razão de sua menor dependência de produtos importados, entre eles o petróleo, foi recebida pelos variados setores industriais paulistas, que ainda precisam importar para viabilizar sua produção, de maneira diversa.

Para o secretário-executivo da Abiquim — Associação Brasileira da Indústria Química, Rubens Gomes, o fato de o Brasil ser superavitário em termos de balança comercial, permitiria que ele pagasse suas importações a vista sem grandes problemas, no caso de uma moratória. "O que nós não podemos prever" — acrescentou — "são os prejuízos resultantes de eventuais retalições de caráter político e bancário". Segundo Rubens Gomes, a somatória entre produção nacional de petróleo, da ordem de 500 mil barris/dia, e importação do produto de países não credores (além de igualmente marcados por um elevado perfil de endividamento externo, como é o caso do México e da Venezuela), em torno de 300 mil barris/dia, asseguraria ao País condições adequadas de sobrevivência. Sendo um grande exportador de nafta e de gasolina, o País não só teria condições de manter as exportações como de abastecer o mercado interno sem dificuldades. O setor petroquímico — afirmou ainda —, que em 83 importou 1,38 bilhão de dólares em matéria-prima, não seria grandemente afetado, com exceção de alguns derivados, como óleo diesel e GLP, cujos prejuízos se refletiriam mais a nível de transporte do que sobre o setor propriamente dito.

O presidente do Sindicato de Resinas Sintéticas, Felipe Fiasco, endossa a opinião da Abiquim, salientando que os três pólos petroquímicos em operação no País não só garantem a manutenção dos atuais níveis de atividade econômica, como estão perfeitamente aparelhados para ajudar o País a superar qualquer crise. Citando também a Nigéria como possível fornecedor, ele acentuou que a situação que o Brasil vive atualmente não é tão mim como a que ele atravessou durante

a Segunda Guerra Mundial. "E naquela ocasião, nós não só sobrevivemos perfeitamente, como conseguimos promover grandes ajustes tecnológicos que favoreceram o processo de industrialização".

Já o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, não foi tão otimista. Ele ressaltou que os efeitos de uma moratória sobre os setores de fertilizantes e de defensivos, e mesmo em termos de consumo de energia, seriam dramáticos. Produtos como cloreto de potássio, enxofre e fósforo, argumentou, não poderiam ser facilmente substituídos a curto prazo por similares nacionais. A inexistência dessas matérias-primas por sua vez não só inviabilizaria a manutenção e o crescimento da área agrícola plantada como causaria dificuldades de abastecimento incalculáveis já que todo o processo de distribuição de gêneros está baseado na utilização de uma frota movida a diesel. Menezes não vê com bons olhos a idéia de moratória, preferindo sugerir às autoridades econômicas que utilizem os superávits da balança comercial para formar grandes reservas de moedas fortes que lhes assegure condições melhores de negociação da dívida brasileira.

Os presidentes dos Sindicatos da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, Wilson Armelin, e da Indústria de Defensivos Agrícolas, Jockey Adolfo Meyer Giulini, complementam as declarações de Menezes. Segundo Armelin, o Brasil já é praticamente auto-suficiente em adubos nitrogenados e fosfatados, de forma que a grande dúvida pairaria sobre as importações de enxofre. Tanto o ácido sulfúrico quanto o cloreto de potássio são totalmente importados também porque o País não os fabrica. A primeira mina de potássio brasileira, localizada em Sergipe, entrará em operação somente no próximo ano e mesmo quando estiver funcionando a plena carga, dentro de três anos, terá condições de fornecer apenas a quarta parte das necessidades de consumo do País. Em 84, o Brasil estará importando um milhão de toneladas de enxofre, das quais 800 mil, equivalentes a 100 milhões de dólares, destinadas à produção de adubos. A previsão de importação de potássio é da ordem de um milhão e meio de toneladas, metade das quais originárias da República Democrática da Alemanha.

Mas para Armelin, os reflexos de uma moratória seriam menos terríveis do que os prognosticados por Menezes. Quem fornece uma grande parcela de enxofre para o Brasil é a Polônia, que ao contrário de ser credora do País está em débito com ele. Portanto, é de se crer que o produto continuaria vindo. O outro fornecedor é o Canadá, "com quem o País mantém ótimas relações de troca", disse afirmando que também a RDA não deixaria de fornecer com base em acordos bilaterais firmados há tempos. De qualquer forma ele não pensa que se possa fazer algo tão radical como decretar uma moratória, inviabilizando a produção nacional de fute e de outros setores da economia e muito menos que os países credores promovam retalições. Ele entende que esse assunto "não passa de especulação". Prejuízos sérios poderiam advir dos países com os quais somos superavitários, admitiu, mas não interessa a ninguém o perigo de uma confrontação.

Quanto a Giulini, destaca que o controle de pragas e ervas daninhas é feito de diferentes formas. Produtos com resultados positivos no combate a uma praga têm comportamentos diferentes em outros casos, esse desempenho também se altera de região para região em função do clima, explicou que por isso o volume de matérias-primas necessárias para atender ao setor de defensivos é imenso, mesmo que na composição de um produto eles entrem em pequenas quantidades. E o caso do oxicloreto de cobre que para ser feito necessita de uma infinidade de insulmos químicos cuja importação não pode ser suspensa sem que o setor seja seriamente abalado. Há alguns tipos de herbicidas sofisticados, produzidos pela Bayer e pela Dupont que não são fabricados no País, disse Giulini, e apesar do ramo de defensivos estar em fase de desenvolvimento, para que as lavouras brasileiras obtenham maior produtividade, em certas áreas devido à demanda insuficiente, não se justifica a instalação de uma unidade fabricante de alguns insulmos ou mesmo de produtos acabados. Em 83, por exemplo, o setor importou 11 mil toneladas desses defensivos técnicos.

Para Giulini a situação do Brasil e do México em termos de dívida externa é especial. Os credores desses países estão dispostos a

fazer-lhes concessões, por que então declarar o País insolvente? perguntou. "Moratória é sinônimo de falência. Com ela o País não receberia mais nenhum crédito. Não há por que optar por ela pois afinal vivemos numa comunidade e as nações modernas não podem se sustentar sozinhas. Precisam fazer algumas importações"

Um dos empresários que mais restrições fez à medida foi o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Pneumáticos e Câmaras de Ar para Veículos, Waldemar Arnaldi. Segundo ele, o Brasil importa 50 por cento de toda a borracha natural de que precisa, pois a de fabricação local (cerca de 35 mil toneladas) é insuficiente. Em 84 a situação ficará agravada ainda mais, uma vez que a produção nacional permanecerá no mesmo patamar, enquanto que o setor necessitará de 80 mil toneladas para consumo, de acordo com estatísticas da Superintendência da Borracha.

Já as borrachas sintéticas normais para pneus, das quais o País fabricou, em 83, 220 mil toneladas não apresentam dificuldades chegando mesmo a serem exportadas na proporção de 20 por cento de sua produção global. De acordo com Arnaldi, a falta de borracha importada resultaria num caos para o País. Além da redução de produção que ela ocasionaria, seus desdobramentos em termos de transporte seriam imensos já que o principal meio de circulação do Brasil é o rodoviário. Na hipótese de uma moratória, tanto as três empresas nacionais que integram o setor como as cinco multinacionais sofreriam e teriam que desenvolver estudos de médio prazo para alterar as especificações de seus produtos.

O presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos, Fausto Spina, entende que por enquanto as opiniões em relação à moratória são divergentes. "Nossa setor, declarou, seria um dos mais prejudicados. Sendo de segurança nacional, ele importa de 55 a 60 por cento das matérias-primas que consome, em que pese a melhoria do desempenho da produção de artigos farmacêuticos". Os chamados produtos intermediários são ainda mais delicados porque não existem no Brasil. "Nenhum País é auto-suficiente na produção dessas matérias-prima" salientou, e depende da possibilidade de troca com os demais.